Experimentação em psicologia social: aspectos epistemológicos e metodológicos*

AROLDO RODRIGUES**

1. Introdução; 2. A noção de experimentação em Wundt; 3. A experimentação em psicologia social; 4. Conclusão.

É lembrado o papel de Wundt no desenvolvimento da psicologia experimental e assinalada a diferença entre a experimentação em Wundt e a experimentação na psicologia social contemporânea. Os ataques à experimentação em psicologia social o autor os classifica em: de natureza ética, epistemológica e metodológica. Por já ter considerado os de natureza ética em outra ocasião, são considerados desta vez os de natureza epistemológica e metodológica, com ênfase maior nos primeiros. O autor conclui pela adequação da experimentação em psicologia social.

1. Introdução

Nada mais oportuno numa comemoração do centenário da fundação do primeiro laboratório de psicologia experimental por Wilhelm Wundt, em Leipzig, que considerarmos a controvérsia relativa à experimentação em psicologia social. Wundt, além de grande benemérito da psicologia experimental, foi também um estudioso das relações sociais como demonstra sua conhecida obra intitulada *Volkerpsychologie*. Não há dúvida de que a *Volkerpsychologie* é mais um manual de antropologia cultural que de psicologia social. Seja como for, constitui uma indicação

* Conferência proferida no Instituto de Psicologia da USP, em 24 de setembro de 1979, como parte das comemorações do Centenário da Psicologia como Ciência e do 45.º aniversário da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. (Artigo apresentado à redação em 7.6.80.)

** Professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (pós-graduação em educação). (Endereço do autor: Av. Paulo Gama, s.n. – 7.º and. – Porto Alegre, RGS.)

clara da preocupação do autor com as produções sociais e não somente com a análise dos conteúdos mentais. É curioso salientar que, para Wundt, apenas os conteúdos mentais mais simples poderiam ser estudados através de introspecção e de experimentação. Para estudo dos processos mentais superiores ele preconizava o método histórico através do estudo dos produtos sociais. São estes produtos sociais – linguagem, mitos, leis, costumes, instituições, estruturas políticas, formas de religiosidade etc. – que ele estuda em sua *Psicologia dos povos*.

Já que hoje ninguém mais põe em dúvida ter sido Wundt o pai da psicologia experimental e já que, também hoje, muito se questiona a propriedade da experimentação em psicologia social, convém que se inicie esta palestra com um esclarecimento do que, para Wundt, era a atividade experimental em psicologia. Em seguida abordaremos um dos problemas centrais da psicologia social contemporânea que é o de adequação do procedimento experimental no estudo dos fenômenos psicossociais.

2. A noção de experimentação em Wundt

Wundt era um homem de tremenda erudição. Desde cedo dedicado ao estudo sob a orientação de seu mentor intelectual, Friedrich Muller, Wundt foi um "renascentista" no que tange a seu cabedal de conhecimentos. Genuinamente interessado em filosofia, tornou-se médico por razões de sobrevivência, mas nunca abandonou os estudos filosóficos. De fato, a maioria de suas publicações são sobre filosofia. Curioso que tenha sido um filósofo que, ao passar da fisiologia para a psicologia, insistisse na característica experimental desta última. A experimentação em fisiologia e em psicologia para Wundt nada mais era que "um procedimento no qual o processo a ser estudado é mantido muito chegado a um estímulo controlável e muito próximo a uma resposta objetiva" (Heidbreder). Dentro desta característica, conduziram-se os experimentos acerca da sensação, percepção, atenção etc., no laboratório de Leipzig e que foram reportados nos famosos *Philosophische Studien* (apud Boring, 1950). Em outras palavras, a clássica psicologia experimental, tal como se estuda hoje em dia nos primeiros anos dos cursos de psicologia, teve o seu berço nos trabalhos da escola alemã de meados do século passado e seu grande desenvolvimento inicial no laboratório de Wundt.

A característica da psicologia geral experimental é, pois, a utilização de estímulos controláveis geradores de respostas objetivas, em geral reveladas através de aparelhagem especial, para estudo dos fenômenos e das funções do psiquismo. Não dispunha Wundt e seus contemporâneos do conhecimento estatístico existente hoje, a fim de ir além do que foi em termos de experimentação. Controle na apresentação do estímulo e objetividade na anotação das respostas constituíam, assim, as características essenciais da atividade experimental de Wundt. São estas também as características essenciais da atividade experimental da psicologia social? É o que veremos a seguir.

3. A experimentação em psicologia social

As características acima aludidas da experimentação em Wundt – controle do estímulo e objetividade na anotação da resposta – estão também presentes na experimentação em psicologia social. A estes dois elementos característicos, todavia, se acrescenta um outro que, a meu ver, dá à experimentação utilizada em psicologia social um caráter distinto da experimentação tradicional dos laboratórios de psicologia geral experimental do passado. Este elemento novo é a determinação estatística das fontes de variância dos dados coletados, o que, obviamente, só se tornou possível através dos progressos da estatística neste século.

Deixemos, a partir deste momento, as referências à grande figura de Wundt e às suas inegáveis contribuições à ciência psicológica que nesta homenagem recordamos, e passamos a considerar especificamente o tema central desta palestra que é o problema da experimentação em psicologia social a qual, como já ressaltamos, muito deve a Wundt, mas não deixa de apresentar características outras que a diferenciam da atividade desenvolvida no famoso laboratório de Leipzig.

3.1 *A psicologia social é eminentemente experimental*

É um fato inegável que a grande maioria dos estudos conhecidos em psicologia social relatam achados obtidos através de pesquisa experimental. Por que será isto? Várias são as possíveis causas. Eis algumas: porque a psicologia social se desenvolveu principalmente nos EUA onde a psicologia, de um modo geral, valoriza a pesquisa experimental; porque Kurt Lewin – o grande inspirador de pesquisas em psicologia social – valorizava a teoria e a experimentação; porque os psicólogos sociais queriam mostrar que a psicologia social, assim como outros setores mais tradicionais de psicologia, era também uma ciência; porque o método hipotético-dedutivo capturou a simpatia da maioria dos psicólogos sociais; e outras que por certo lhes ocorrerão.

Seja por que razão for, o fato é que a psicologia social, desde o experimento pioneiro de Triplett em 1897 até hoje, se utiliza primordialmente de pesquisa experimental no estudo dos fenômenos psicossociais. Notem que não foi aqui afirmado que 100% destes estudos são de natureza experimental. Há fenômenos psicossociais que não são passíveis de investigação através da experimentação. Por isto as pesquisas *ex-post-facto* são também utilizadas com freqüência, bem como processos quase-experimentais, correlacionais, estudos de casos etc.

Até uns 15 anos atrás mais ou menos, esporádicas eram as críticas à experimentação em psicologia social. A comunidade acadêmica e científica em geral parecia aceitar sem problemas tal forma de descobrir as relações entre as variáveis psicossociais. Ultimamente, porém, muito se tem criticado a pesquisa experimental em psicologia social.

Como já disse em outra ocasião (Rodrigues, 1979), as críticas à experimentação em psicologia social são feitas sob três pontos de vista principais: epistemológico, metodológico e ético. Sobre as críticas que lhe são dirigidas sob o ponto de vista ético já tive ocasião de manifestar-me como se pode ver no capítulo 4 do livro que recentemente publiquei intitulado *Estudos em psicologia social*. Depois de apresentar alguns experimentos de laboratório onde a possibilidade de questionamentos do ponto de vista ético assoma com nitidez, concluo dizendo: "Nesta pequena exposição salientamos os problemas éticos mais comumente discutidos quando se considera a experimentação de laboratório em psicologia social. Procurei caracterizar as críticas dirigidas especificamente à técnica do engano ou ilusão, à submissão dos sujeitos a experiências desagradáveis, à possível violação de sua liberdade, aos riscos de desencadear ou agravar problemas de personalidade e à exposição de aspectos negativos do sujeito. Se, por um lado, reconheço que é impossível eliminarem-se totalmente os problemas citados, por outro, estou convencido de que, pelo menos até agora, não se dispõe em psicologia social de um substituto para o método experimental de laboratório . . . Para sair-se deste impasse parece-me que as palavras-chave são cautela, bom-senso e moderação. É obrigação grave do experimentador usar de cautela, bom-senso e moderação no planejamento de seus experimentos. Antes de planejar uma ilusão ele deve certificar-se, discutindo o problema com seus colegas, de que a sessão pós-experimental anulará qualquer eventual efeito negativo desta ilusão durante o experimento; deve também, *sempre que possível*, obter o consentimento do sujeito para participar do experimento e alertá-lo de que algum incômodo poderá resultar de sua colaboração; deve ainda explorar todas as alternativas à manipulação planejada e escolher a que envolve menos desconforto para os sujeitos e os exponha a mínimos riscos; principalmente em relação a eventuais riscos de desencadear ou agravar problemas de personalidade, o experimentador deve usar todo o seu tirocínio, bem como o de seus colegas, a fim de certificar-se de que as probabilidades de algo nocivo ocorrer aos sujeitos são praticamente nulas" (p. 60-1).

Embora nos referíssemos naquela ocasião apenas à experimentação de laboratório, é exatamente em relação a este tipo de experimentação que as críticas de conteúdo ético mais amiúde se apresentam. Já tendo, pois, em outra oportunidade considerado os problemas éticos da experimentação em psicologia social, focalizarei hoje os seus problemas epistemológicos e metodológicos tais como freqüentemente apontados por seus críticos.

3.2 *As críticas à experimentação em psicologia social do ponto de vista epistemológico*

São vários os ataques à experimentação em psicologia social em bases epistemológicas e filosóficas em geral. Diz-se que o ser humano, por não ser simplesmente reativo mas, antes de mais nada, criativo, a provocação de respostas (variável

dependente) através de estímulos (variável independente) não lhe é aplicável. Ademais, esta visão mecanicista subjacente, segundo os críticos, à experimentação supõe um determinismo feroz questionado até mesmo na física moderna. Diz-se ainda que o pressuposto filosófico da experimentação em psicologia social é o positivismo lógico e, obviamente, os que se opõem a esta filosofia negam validade, *a fortiori*, ao tipo de pesquisa que nela, segundo eles, se apóia. Atribui-se à atividade experimental em psicologia social uma visão behaviorista do ser humano, remontando os críticos aos ataques à concepção mecanicista do homem já aludida acima. Invoca-se a tipicidade do ser humano como fator impeditivo às generalizações buscadas na atividade experimental. Questiona-se ainda a propriedade de transpor para as ciências humanas e sociais um método típico das ciências naturais, onde a situação pesquisador e sujeito de pesquisa é totalmente distinta e onde o sujeito é totalmente manipulado pelo experimentador; alegam também os que enfatizam as diferenças entre as ciências humanas e as de natureza que aquelas não são, a rigor, ciências, de vez que seu conhecimento não é cumulativo, mas válido apenas para um determinado momento histórico. Não tive a preocupação de anexar a cada uma destas críticas os nomes de seus principais proponentes, mas os que com elas estão familiarizados não terão dificuldade de emparelhá-las com os nomes de Allport (1955), Gergen (1973), Harré e Secord (1972) e os epistemólogos franceses das últimas décadas.

Há, dentre estes e outros argumentos contrários à adequação da experimentação como forma de atingir-se o conhecimento em psicologia social, uns que são mais sérios e outros que merecem menos atenção. A maioria deles, porém, parece partir de uma determinada visão do que seja a ciência, fundamentada numa postura determinista do mundo físico e social. Tal posicionamento implica: crença na absoluta previsibilidade dos fenômenos; crença na descoberta de leis gerais e infalíveis; visão mecanicista do ser humano inspirada no positivismo lógico; visão do ser humano como meramente reativo e não como criador, capaz não somente de processar informação como de procurá-la e de produzi-la, assim como também capaz de buscar significados nos fenômenos e nos estímulos por ele percebidos. Para a maioria dos críticos esta visão de ciência faz com que a experimentação, forma de buscar a verdade por excelência na atividade científica, não se aplique à psicologia e muito menos à psicologia social.

Será, de fato, necessário que se tenha uma postura filosófica tal como a aludida para que uma pessoa se sinta justificada em sua utilização da pesquisa experimental em psicologia social? Penso que não. Sempre utilizei a experimentação na maioria de minhas investigações e não sou determinista, nem behaviorista, nem positivista lógico, nem mecanicista, nem reducionista. Qual então a filosofia subjacente à experimentação em psicologia social que serve de amparo epistemológico à minha valorização desta forma de conhecer o comportamento social? Não é outra senão uma filosofia livre-arbitrista, mentalista, holista, que considera o ser humano como pessoa criadora e não meramente reativa e que, principalmente, não

vê necessariamente na experimentação aplicada às ciências humanas as características, ou melhor, os pressupostos que, segundo alguns, ela exige. Para entender o que acabo de dizer, faz-se mister que eu explicite o que entendo por ciências humanas. Para mim há diferenças claras entre as ciências da natureza e as ciências do homem. Além das diferenças óbvias que me escuso de listar perante esta audiência, gostaria de salientar aquela que, a meu ver, fornece a fundamentação básica para o que afirmei. As ciências naturais procuram explicar os eventos não-aleatórios da natureza. E, à medida que avançam, vão sendo capazes de explicar tais eventos não-randômicos através de leis e princípios científicos. Não teria sido possível ao homem chegar à Lua, não fora o domínio das leis de mecânica celeste e de outras áreas da física e da astronomia capazes de explicar a ocorrência de eventos não-randômicos. Nem tudo nas ciências naturais, todavia, é não-aleatório. A física quântica assinala que certos comportamentos de eléctrons parecem ser incapazes de predição. Heisenberg (1958) nos fala do *princípio da incerteza* em física e Oppenheimer (1961) afirma que o mundo físico não é completamente determinante, sendo mais adequado falar-se em predições estatísticas probabilísticas que deterministas. Nas ciências naturais, todavia, comportamentos não-previsíveis são mais raros: nas ciências humanas eles são muito freqüentes. Isto decorre do fato de os seres inanimados serem incapazes de atividade criativa, de escolher seus objetivos e de refletirem continuamente acerca do significado de uma dada situação. O ser humano, ao contrário, é capaz, exatamente, de fazer estas coisas. Isto não os torna, porém, imunes a certas motivações ou impulsos que são *não-aleatórios enquanto instigadores de comportamentos*; e nada mais do que isto. A relação frustração-agressão, por exemplo, em termos de mera *instigação ao comportamento*, é uma relação estável e predizível. *O comportamento agressivo per si*, instigado pela frustração, porém, não o é. Há, pois, também nas ciências humanas eventos não-aleatórios e, portanto, predizíveis. Cabe à psicologia e demais ciências humanas e sociais procurar descobrir as relações não-aleatórias entre instigadores e comportamento instigado.

Ora, o que a experimentação em psicologia social faz é, meramente, determinar as relações de antecedente e conseqüente existente entre variáveis independentes e dependentes quanto à sua função instigadora de comportamentos. Dado que de fato existe uma relação segundo a qual a presença da variável X induz a ocorrência da variável Y, tal relação se evidenciará através da obtenção de uma porção estatisticamente significativa da variância atribuível à variável X, embora a presença da variância de erro esteja evidenciando o caráter não-universal, não-determinista e não-inexorável entre a ação instigadora da variável X e a ocorrência do comportamento Z. Suponhamos, para exemplificar, que um grupo de pessoas coma uma comida muito salgada. É possível explicar-se fisiologicamente por que, e demonstrar-se objetivamente, que a ingestão de sal em demasia induz, sistematicamente, à vontade de beber água. Muitas destas pessoas, por certo, beberão água; outras, porém, poderão dar prioridade a outros objetivos (por exemplo: não interromper um trabalho importante; mortificar-se para expiar uma culpa; julgar insalu-

bre a água disponível etc.) e não exibir o comportamento de beber água. A relação instigação e comportamento instigado é clara; a relação instigação e comportamento exibido, porém, é probabilisticamente dominante mas não é uma relação perfeita e inexorável. A capacidade de os comportamentos observáveis serem imprevisíveis é mínima entre os seres inanimados, bem maior nos animais irracionais e máxima nos seres humanos. Daí não ser o objetivo da experimentação em psicologia social predizer precisamente o comportamento como se o ser humano fosse puramente reativo e não criativo; sua finalidade é, simplesmente, a de estabelecer relações causais entre instigadores e comportamento induzido e não entre instigadores e comportamento verificado. Se o grupo experimental se comporta de uma forma que, através de teste estatístico adequado, se pode considerar como uma ocorrência não-explicável pela mera chance, conclui-se pela existência de uma instigação ao comportamento exibido pela maioria (não a totalidade) do grupo experimental.

Do exposto se infere que a palavra-chave nesta minha postura é *probabilismo*, e não *determinismo*. Acredito que a experimentação em psicologia social consegue lograr o estabelecimento de relações entre variáveis que tornam conhecidas as reações *prováveis* das pessoas. O termo de erro numa análise de variância pode ser visto como o próprio reconhecimento da liberdade humana. Como se sabe, a variância considerada como variância de erro refere-se a todos aqueles fatores desconhecidos, fora do controle do experimentador, mas que, todavia, influem nos resultados obtidos. Ora, assim como um determinista diria que, eventualmente, com o desenvolvimento do conhecimento, esta variância de erro seria reduzida a um mínimo e, eventualmente, eliminada, o não-determinista diz que este componente da variância total jamais será 0 em face da tipicidade e da liberdade criadora do ser humano.

Para mim, tal concepção livra a experimentação em psicologia social dos rótulos que os críticos comumente lhe atribuem (e aos seus defensores), quando ela é encarada do ponto de vista epistemológico.

3.3 *As críticas à experimentação em psicologia social do ponto de vista metodológico*

O fato de, nas ciências humanas, o experimentador e o sujeito da experiência serem seres humanos tem servido de base para fortes ataques à aplicabilidade correta da experimentação a este setor de investigação. Sem dúvida, é bastante distinta a situação existente entre duas ou mais pessoas em interação daquela que ocorre entre um químico e as substâncias que mistura num tubo de ensaio, ou entre um geólogo e o solo que examina, ou entre um astrônomo e o sistema solar que observa, ou entre um físico e o comportamento do átomo que estuda, ou entre um biólogo e a característica das células que analisa.

Embora as ciências naturais e biológicas não estejam totalmente livres de intromissão de tendenciosidades humanas na observação de seu objeto material, não se pode negar que o papel por elas desempenhado é infinitamente menor nestas ciências do que na situação interacional característica das ciências sociais. Erros de observação e de interpretação de dados ocorrem em maior ou menor grau em toda atividade científica. Nas ciências sociais e humanas, todavia, uma outra fonte de erro intervém, a qual não aparece nas outras ciências. Como Rosenthal (1976) brilhantemente demonstrou em sua obra *Experimenter effects in behavioral research*, fatores pessoais e situacionais podem influenciar fortemente os resultados obtidos num experimento psicológico. Como bem diz o autor citado, "não é provável que a velocidade da luz ou a reação de um elemento com outro, o arranjo dos cromossomos numa célula sejam afetados por diferenças individuais entre os investigadores interessados nestes fenômenos. À medida que se move da física, da química e da biologia molecular para aquelas disciplinas preocupadas com sistemas biológicos mais amplos, começamos a encontrar exemplos de como o investigador pode afetar os sujeitos experimentais. Quando se atinge o nível das ciências do comportamento, não pode haver dúvida de que os experimentadores podem, sem intenção, afetar o próprio comportamento em que eles estão interessados" (p. 38).

De fato, Rosenthal apresenta prova bastante convincente da influência de fatores tais como o sexo, a idade, a raça e a religião do investigador, além de outros tais como suas expectativas, sua ansiedade, sua necessidade de aprovação e ainda seu autoritarismo, hostilidade, dominância e afetuosidade.

A interferência destes e de outros fatores nas investigações conduzidas por cientistas sociais está, de fato, a exigir atenção especial destes cientistas e um esforço no sentido de reduzir ao máximo o seu efeito distorsivo.

O próprio Rosenthal (1976), porém, ao ressaltar corretamente estes problemas de natureza metodológica, faz com que o experimentador os leve em conta no planejamento de suas pesquisas e crie formas de neutralizá-los. Muitos aperfeiçoamentos metodológicos decorreram das críticas formuladas por Rosenthal, fazendo com que as variáveis estranhas decorrentes da relação interpessoal entre examinador e sujeito experimental fossem controladas. Não vejo, pois, as críticas de natureza metodológica dirigidas à pesquisa experimental em psicologia social como negadoras de sua validade e propriedade, mas sim como críticas construtivas que permitem o aperfeiçoamento da estratégia de pesquisa aqui considerada.

Quanto à crítica freqüentemente apresentada relativa à artificialidade dos experimentos de laboratório, não a considero merecedora de comentários mais alongados, de vez que várias vezes já foi dito (por exemplo, Festinger & Katz, 1953) que não é objetivo do experimento de laboratório nas ciências sociais reproduzir uma situação da vida real, mas sim testar hipóteses logicamente derivadas de teorias existentes.

4. Conclusão

O tema que me foi atribuído neste encontro, embora muito interessante, relevante e atual, é um pouco amplo demais para ser esgotado nos limites de tempo de que dispomos. É possível, pois, que meu esforço de condensar seu tratamento de forma a não ultrapassar o tempo disponível tenha resultado em confundir o problema mais do que em esclarecê-lo. Numa última tentativa dirigida ao esclarecimento do assunto, ou melhor dizendo, ao esclarecimento do que penso sobre o assunto, procurarei sintetizar o que disse da seguinte forma:

1. O significado da experimentação para Wundt não é o mesmo que o utilizado pelos psicólogos sociais contemporâneos em sua atividade experimental.

2. A experimentação em psicologia social hoje procura, através de controle de variáveis e formas objetivas de mensuração do comportamento, testar a existência de relações não-aleatórias entre instigadores e comportamento instigado.

3. A psicologia social, tal como é conhecida hoje, se fundamenta primordialmente em descobertas decorrentes de pesquisas de natureza experimental.

4. Apesar disto, severas são as críticas hoje dirigidas à experimentação em psicologia social; tais críticas são, essencialmente, de natureza epistemológica, metodológica e ética.

5. Para muitos críticos, a atividade experimental em psicologia social supõe, necessariamente, uma filosofia subjacente de natureza determinista, behaviorista, mecanicista e reducionista.

6. No meu entender, tal postura não é verdadeira, desde que se leve em conta a diferença existente entre as ciências da natureza e as ciências do homem e se procure estabelecer relações probabilísticas entre variáveis motivadoras e comportamento exibido, ao invés de se pretender estabelecer relações deterministas de causalidade eficiente entre estímulo e resposta.

7. As críticas de natureza metodológica aduzidas contra a pesquisa experimental em psicologia social são válidas e tiveram o grande mérito de suscitar vários aperfeiçoamentos metodológicos nesta modalidade de pesquisa.

Em face de tudo isto, concluo pela pertinência da pesquisa experimental em psicologia social ao lado de outros tipos de pesquisa igualmente pertinentes. Apresso-me, todavia, em acrescentar que nisto não vai nenhum compromisso com a infalibilidade ou com a perenidade deste tipo de investigação em psicologia social. Acreditar que este tipo de pesquisa é perfeito e acabado seria, além de ingênuo, estagnante e não científico. Que se busquem, pois, alternativas para superar a experimentação em psicologia social e torná-la obsoleta. Enquanto tal não ocorre, que se utilize este modelo, *faute de mieux.*

Summary

Wundt's role in the development of experimental psychology is remmembered and the difference between experimentation in Wundt and experimentation in contemporary social psychology is highlighted. The author distinguishues three types of criticisms against experimentation in social psychology, namely, ethical, epistemological and methodological. The first category of criticisms has already been taken up another publication; the present paper focuses upon the other two types, with major emphasis on the epistemological ones. The author concludes for the propriety of experimentation in social psychology.

Referências bibliográficas

Allport, G. W. *Becoming*. New Haven, Yale University Press, 1955.

Festinger, L. & Katz, D. *Research methods in the behavioral sciences*. New York, Holt, 1953.

Gergen, K. Social psychology as history. *Journal Personal and Social Psychology, 26*: 309-20, 1973.

Harré, R. & Secord, P. F. *The Explanation of social behavior*. London, Blackwell, 1972.

Heisenberg, W. *Physics and philosophy: the revolution in modern physics*. New York, Harper & Row, 1958.

Oppenheimer, J. R. Analogy in science. *American Psychologist, 11*: 127-35, 1961.

Rodrigues, A. *Estudos em psicologia social*. Petrópolis, Vozes, 1979.

Rosenthal, R. & Rosnow, R. L. *Experimenter effects in behavioral research*. New York, Irvington, 1976.

Triplett, N. The dynamogenic factors in pacemaking and competition. *American Journal of Psychology, 9*: 507-33, 1897.

Wundt, W. *Philosophische studien*. Apud Boring, E. G. *A History of experimental psychology*. New York, Appleton-Century-Crofts, 1950.

_____. *Psicología de los pueblos*. Madrid, Daniel Jorro, 1926.

Saiu o 1.º volume da Série Educação



Veja e compre nas livrarias da FGV: Rio - Pr. de Botafogo, 188 e Av. Graça Aranha, 26 - lojas C e H; São Paulo - Av. Nove de Julho, 2029; Brasília - CLs. 104, Bloco A, loja 37.

(Trabalhos do Instituto de Estudos Avançados em Educação)